

EDUCADOR

ISSN 1984-8668
Ano XXIX – Nº 115

EDUCADOR é uma revista destinada a educadores religiosos, professores de EBD, estudantes e líderes em geral

Copyright @ Convicção Editora
Todos os direitos reservados

Proibida a reprodução deste texto total ou parcial por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados etc.) a não ser em breves citações, com explícita informação da fonte

Publicado com autorização
por Convicção Editora
CNPJ (MF): 08.714.454/0001-36
Registro Nº 020830 no INPI

Endereços

Telegráfico – BATISTAS
Caixa Postal: 13333
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20270-972

Editor

Sócrates Oliveira de Souza

Coordenadora Editorial

Solange Cardoso de Abreu d'Almeida
(RP/16897)

Redatora

Jane Esther Monteiro de Souza
de Paula Rosa

Conselho Consultivo

Rosane Andrade Torquato – PR
Madalena de Oliveira Molochenco – SP
Pedro Jorge de Souza Faria – RJ
Ivone Boechat de Oliveira – RJ

Produção Editorial

Oliverartelucas

Produção e Distribuição

Convicção Editora
Tel.: (21) 2157-5567
Rua José Higino, 416 – Prédio 16
Sala 2 – 1º Andar – Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20510-412
conviccao@conviccaoeditora.com.br

Colaboradores desta edição

Diná Freire Cutrim – MA
Elisangela Santos de Oliveira – PI
Genivaldo Félix da Silva – GO
Jane Esther M. S. de Paula Rosa – RJ
Kelly de Almeida Fernandes Sodré da Silva – RJ
Neuralva de Sousa Mota dos Santos – RJ
Madalena de Oliveira Molochenco – SP
Oswaldo Luiz Gomes Jacob – RJ
Roberto Ramos da Silva – SC
Rosângela da Silva Feitosa – CE
Sílas Molochenco – SP



Editorial

“Tem misericórdia de mim, ó Deus”

O tema deste ano da CBB é “Compartilhemos graça e misericórdia” e a divisa, “Graça, misericórdia e paz da parte de Deus Pai e de Jesus Cristo, o Filho do Pai, serão convosco em verdade e amor” – 2João 1.3.

Misericórdia e graça são frequentemente confundidas. Embora os termos tenham significados semelhantes, graça e misericórdia não são a mesma coisa. Para resumir a diferença: a misericórdia é Deus não nos castigando como merecem os nossos pecados e a graça é Deus nos abençoando apesar de não merecermos. Misericórdia é a libertação do julgamento, enquanto graça é estender bondade aos indignos.

Segundo a Bíblia, todos nós pecamos. Como resultado do pecado, todos nós merecemos a morte e julgamento eterno. Todo dia que vivemos é um ato da misericórdia de Deus. Se Deus nos desse tudo o que merecemos, todos estaríamos, agora, condenados por toda a eternidade. No Salmo 51.1,2, Davi clama: “Tem misericórdia de mim, ó Deus”. Um apelo a Deus por misericórdia é pedir a ele que suspenda o julgamento que merecemos e conceda-nos o perdão que não merecemos. Deus não nos deve nada. Qualquer coisa boa que tivermos em nossa vida é um resultado da graça de Deus (Ef 2.5). Graça é simplesmente um favor imerecido. Deus nos dá coisas boas que não merecemos e que nunca poderíamos ganhar por nós mesmos. Pensemos nisto.

A profa. Madalena de Oliveira Molochenco, no artigo “Por que a igreja precisa de um educador cristão?”, enfatiza que o futuro da igreja está em um bom trabalho de ensino, na formação de pessoas mais fortes nas Escrituras e em sua vida espiritual.

No artigo “Educação inclusiva e as crianças com multideficiência: o que elas esperam do reino de Deus?” – Parte 1, a profa. Diná Freire Cutrim diz que as pessoas com multideficiências precisam de um olhar especial para as suas necessidades educacionais especiais.

No artigo “Compartilhemos graça e misericórdia”, o pr. Genivaldo Félix da Silva diz que cada vez mais o homem precisa reconhecer a total dependência da graça e misericórdia de Deus.

A profa. Elisangela Santos de Oliveira, no artigo “Liderança cristã e a mediação de conflitos”, enfatiza que Jesus foi o exemplo vivo de um grande mediador de conflitos.

Nos demais artigos, refletiremos sobre a Bíblia, a Palavra de Deus, além das Sugestões de Livros, do Educador em Destaque, Vale a Pena LER de Novo e de muitas novidades e informações que, por certo, serão bênçãos para todos nós, leitores.

ÍNDICE

1 Expediente e editorial
1 “Tem misericórdia de mim, ó Deus”
Jane Esther Monteiro de Souza de Paula Rosa – RJ

2 Índice

3 Educação Geral
Educação inclusiva e as crianças com multideficiência:
O que elas esperam do reino de Deus – Parte 1
Diná Freire Cutrim – MA

7 Educação Geral
Aproximações conceituais sobre ideologia
Silas Molochenco – SP

9 Educação Teológica
Compartilhemos graça e misericórdia
Genivaldo Félix da Silva – GO

13 Educação Cristã
Por que a igreja precisa de um educador cristão?
Madalena de Oliveira Molochenco – SP

16 Educação Cristã
Liderança cristã e a mediação de conflitos
Elisangela Santos de Oliveira – PI

19 Educação Cristã
Importância da prática devocional para as crianças
Rosângela da Silva Feitosa – CE

21 Educador em Destaque
Neuralva de Sousa Mota dos Santos – RJ

22 Da Mesa da Redação

23 Para Pensar
O reino de Deus no meu e no seu cotidiano
Kelly de Almeida Fernandes Sodré da Silva – RJ

25 Vale a pena LER de novo
Por que ser cristão?
Roberto Ramos da Silva – SC

Sugestão de Livros
1. **Título:** Ministério infantil dinâmico
Autora: *Lídia Barros Pierott*
31 2. **Título:** A dinâmica da igreja autêntica segundo o Novo
Testamento – Autor: *Lourenço Stelio Rega*
3. **Título:** Pastoreando o coração do líder de crianças
Autor: *Rawderson Rangel*

32 Última Palavra
Líderes quebrantados
Oswaldo Luiz Gomes Jacob – RJ



Educação Geral



Educação Teológica



Educação Cristã



Vale a pena LER de novo



Última Palavra



Educação inclusiva e as crianças com multideficiência

O que elas esperam do reino de Deus – Parte 1

A inclusão educacional de crianças com multideficiência ainda é um tema incipiente em nosso país, dada as poucas pesquisas que contemplem a multideficiência como objeto de investigação, embora, seja válido ressaltar que a temática está em discussão pelos programas de pós-graduação (PPGE), principalmente os PPGEs em educação, dada a relevância das

pesquisas à inclusão educacional desse público.

Desse modo, este artigo vem colaborar com a discussão da temática no contexto do reino de Deus, a fim de subsidiar orientações importantes sobre a inclusão educacional das crianças com multideficiência no contexto da igreja local. Assim, as contribuições aqui postas terão dois momentos: no primeiro momento, se-

rão discutidos os parâmetros documentais sobre a inclusão dos alunos com multideficiência e os esclarecimentos do termo multideficiência para compreensão das características desse público; no segundo momento, serão apresentadas orientações pedagógicas para inclusão educacional dos alunos com multideficiência.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realiza-

da em Jontiem na Tailândia, no ano de 1990, impulsionou os ideais da educação inclusiva e mobilizou ações para inclusão dos alunos com deficiência, em que todos os países participantes do evento assinaram acordo de promover educação para todos. O artigo 1º da Declaração trata de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, pronuncia que:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (DMET, 1990, p. 4).

O ideal de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, ressaltado em Jontiem, impulsionou o movimento da inclusão educacional dos alunos deficientes, no sentido de que espaços escolares façam as devidas adaptações para acolhê-los e os professores sejam capacitados para atendê-los.

Ainda no cenário mundial, outro evento que corroborou para a inclusão educacional dos alunos com deficiência foi a Declaração de Salamanca, realizada em 1994 na Espanha, que direcionou propostas e ações aos governos, no sentido de criar e promover ações que, de fato e de direito, contemplatessem os alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Em resumo, as principais orientações foram:

1) Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

2) Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

3) Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta di-

versidade de tais características e necessidades;

4) Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;

5) Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (SALAMANCA, p. 1).

Desse modo, os países foram se organizando para criar condições efetivas à educação dos alunos com deficiência. No Brasil não foi diferente, impulsionado pela década da educação, motivada pela Conferência Mundial de Educação para todos em 1990, nosso país, começa a se articular para que o ideal da educação especial e inclusiva ganhasse solo fértil em nossa realidade educacional. Esses ideais começaram a ser proclamados pela LDB



9394/96, que enseja a inclusão educacional do público alvo da educação especial, no caso, os alunos com deficiência. A LDB 9394/96, no artigo 59,

Preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (BRASIL, 1996, p. 3).

Após a proclamação da LDB 9394/96, outros documentos e diretrizes foram proclamados para legitimar o sistema educacional de ensino da necessidade de se promover espaços inclusivos, onde o aluno deficiente usufrua o seu direito social à educação. É importante ressaltar que anterior à LDB 9394/96, a constituição de 1988, por exemplo, assegura a universalização da educação, em que todos sem distinção têm o direito pátrio à educação, observa-se também que esforços de outros documentos nacionais do início século XX já davam sinais tímidos da inclusão educacional de alunos deficientes.

Desse modo, o atual cenário da educação inclusiva orientado pela Política Nacional de Educação Inclusiva de 2008 destaca ações que devem ser promovidas pelos estados, municípios e o distrito federal à inclusão de todas as crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. Após dez anos da atual Política de Educação Inclusiva, está em discussão para aprovação no Congresso Nacional a nova Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e



ao longo da vida que continuará orientando os processos de inclusão educacional dos alunos com deficiência em nosso país.

Consideradas as orientações dos documentos que legitimam a educação inclusiva em nosso país, segue que esforços precisam ser implementados para que as crianças com necessidades educacionais especiais, as crianças com deficiência, tenham seus direitos educacionais respeitados e não fiquem à margem do sistema educacional, como se para elas não houvesse leis e políticas que as contemplem no contexto da sociedade atual.

As pessoas com multideficiências precisam de um olhar especial às suas necessidades educacionais especiais, nós que somos cristãos precisamos envolver esforços para incluir essas

pessoas em nossas igrejas, isso só será possível quando nos capacitarmos para compreender o universo da multideficiência e criar estratégias para inclusão desse público em nossas igrejas.

De acordo com a Lei da Inclusão de 2015, artigo 2º, as pessoas com deficiência têm a seguinte característica:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

O universo da multideficiências posta no documento acima combina com a maioria das necessidades que as crianças com multideficiências têm, pois, a deficiência múltipla agrega várias deficiências que, combinadas, prejudicam a inserção da criança nos espaços sociais da qual ela faz parte, daí porque o conhecimento dessas necessidades pode dar uma grande

**AS PESSOAS COM
MULTIDEFIÊNCIAS
PRECISAM DE UM
OLHAR ESPECIAL ÀS
SUAS NECESSIDADES
EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**



contribuição à inclusão educacional dessas crianças.

Para Carvalho (2000), citado por Boato (2009), a deficiência múltipla tem o seguinte conceito:

É a expressão adotada para designar pessoas que têm mais de uma deficiência. É uma condição heterogênea que identifica diferentes grupos de pessoas, revelando associações diversas de deficiência que afetam, mais ou menos intensamente, o funcionamento individual e o relacionamento social (Carvalho 2000, p. 47).

Os estudos de Barroso e Mesquita (2014) sobre a multideficiências é esclarecedor, na medida em que apresenta quais áreas são mais afetadas por essa deficiência:

Para autores como Orelove e Sobsey (2000), a multideficiência é caracterizada por uma combinação de limitações acentuadas no domínio cognitivo, motor e/ou sensorial. Saramago et al. (2004) referem também que este tipo de população apresenta graves problemas em mais de um domínio, sendo um deles relacionado com limitações

cognitivas (BARROSO, MESQUITA, 2014, p. 4).

Nesta direção, MENDES (2017) colabora informando que as limitações das crianças com multideficiência estão no domínio cognitivo, com associações de limitações motoras, sensoriais na visão e audição, podendo por causa dessas dificuldades necessitar de cuidados específicos de saúde.

Dessa forma, envolver as crianças com deficiências múltiplas nos espaços sociais vai exigir uma série de cuidados especiais à sua adaptação, pois via de regra, as crianças nesta condição não têm autonomia suficiente para se autogestar. Segundo MENDES (2017), isto acontece pelo seguinte:

As crianças e jovens com necessidades educativas múltiplas apresentam um atraso maturacional evidenciado principalmente no nível do comportamento adaptativo, bem como na capacidade para cuidar das suas necessidades básicas (alimentar-se, vestir-se etc.) de modo autônomo e independente (MENDES, 2017, p. 4).

Neste primeiro momento, as considerações aqui postas,

ajudam a dirimir dúvidas sobre a inclusão de crianças com deficiências múltiplas. Na segunda parte dessa abordagem será tratado sobre as intervenções pedagógicas a esse público.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Estefânia, MESQUITA, Helena. **Limitações cognitivas** (p. 4, 2014). Os desafios da Multideficiência – um olhar sobre uma unidade de apoio à multideficiência. Revista Educação Especial | v. 27 | n. 48 | p. 219-232 | jan./abr. 2014. Santa Maria.

BOATO, Marcos Elvio. **Henri Wallon e a deficiência múltipla: uma proposta de intervenção pedagógica**. São Paulo: edições Loyola, 2009. 147p.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacaoparatodos.html>. Acesso em 05/09/20.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05/09/20.

MENDES, Maria Elisabete Silva Tomé. **Educação inclusiva e multideficiência: a pessoa, o sonho, a realidade**. Inc. Soc., Brasília, DF, v.11 n.1, p.129-137, jul./dez. 2017 (MENDES, 2017, p. 3).

Diná Freire Cutrim

Membro da Igreja Batista Getsêmane-São Luís, MA. Graduada em Educação Religiosa – Seminário Teológico Batista Equatorial em Belém, PA. Licenciada em Letras-Ingês. Especialização em Educação Especial – UFMA. Mestre em Educação – UFMA. Pesquisadora de estudos voltados para a Educação Inclusiva. Professora da EBD.



Aproximações conceituais sobre ideologia

Este artigo tem como alvo expor sobre o conceito de ideologia que é um termo filosófico e, para fundamentar meus argumentos, tomo como pano de fundo os princípios de Sören Kierkegaard, que desenvolveu em sua curta vida rica literatura filosófica, psicológica e teológica.

Começamos por definir o que é ideologia. Ideologia é o conjunto de conceitos impossíveis de ser administráveis, visto ser formativo do pressuposto, das premissas que norteiam os atos do pensamento e que se expressam na busca de uma práxis sistemática. Ela faz parte indissolúvel do indivíduo, da sua vida.

A ideologia se coloca como um fator da subjetividade, visto que por meio dela mede-se o que se pode ou não se pode desejar, cria referências afetivas e atribui necessidades, proibições, conteúdos limitantes, impulsividades e resistências.

Pode ser entendida também como um conjunto de ideias ou sistema de pensamento, referindo-se algumas vezes a indivíduos ou grupos específicos, outras, relacionando-se a culturas, formando, assim, o que se tem denominado de uma visão de mundo (*weltanschauung*).

A ideologia como um construto geral, integrador de outros construtos, leva à formação de sistemas cognitivos estratificados nas pessoas e nos grupos. Neste sentido, a ideologia constituir-se-ia no nível mais abrangente de um sistema que inclua formas de representação, estereótipos, julgamentos, opi-

niões, crenças, atitudes e valores que se apresentariam como influências sobre os aspectos afetivos do comportamento.

Uma ideologia pode ser considerada, também, como um conjunto de pensamentos que compõem um mecanismo de defesa para o ser-como-sujeito, segundo o qual sua função de censura, relativa a determinados aspectos da vida social, estaria cumprindo um papel dentro de uma determinada estrutura social.

A ideologia não é um conjunto de conceitos que são colocados objetiva e abertamente aos sujeitos. Esses não as aceitam por obrigação ou passivamente. São envolvidos e se tornam receptores das influências de ideologias e que, por engodo ou por esclarecimento, participam da defesa da ideologia. Desta forma, os participantes do grupo social têm um ativo papel na sua produção e repro-

**IDEOLOGIA É
O CONJUNTO
DE CONCEITOS
IMPOSSÍVEIS DE SER
ADMINISTRÁVEIS**

dução, independentes da situação de envolvimento no grupo.

O enraizamento de uma ideologia não é algo que se produz em alguma longínqua esfera macrossocial e que vem recair sobre os indivíduos, como uma pesada e envolvente camada. Ao contrário, cada ser-sujeito é ativo, dinâmico e agente produtor, transmissor, modificador, contestador e refutador da ideologia; participa dela, às vezes, defendendo valores conscientes, outras vezes, inconscientes. Ele é participante na formação da ideologia do grupo a que pertence.

É também um fator de influência na comunicação, levando ao ocultamento, à privação, ao tornar privado, determinados fatos e relações, e à publicação de outros. Constitui-se, assim, em uma maneira de manter o predomínio de determinados interesses por meio da linguagem (a definição tem como fontes básicas Montero, 1994. In: Novas Veredas. Sawaiá, 1993; O conhecimento do cotidiano, Heller, 1991).

O termo ideologia é usado para o conjunto de representações que se torna partilhado coletivamente pela reificação, por meio da sua apropriação por órgãos estatais ou escolas de pensamento e não pelo consenso e interação, subordinando o segundo ao primeiro.

O caráter reificador da ideologia é o discurso estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural e governada por leis impessoais, mas não a vê como imposição mascarada de sistema de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas de poder, excluindo-a do conflito humano, como se as representações sociais fossem

NINGUÉM COMPARTILHA DE UMA IDEOLOGIA COM FALSA CONSCIÊNCIA OU DUVIDANDO DELA, A NÃO SER O SEU PRÓPRIO QUESTIONAMENTO E AVALIAÇÃO CONSTANTES DE SUAS PREMISSAS

produto da ação e da relação entre sujeitos ou grupos de sujeitos ativos, livres e autônomos.

Na análise das atividades das ciências sociais tem-se percebido que as ideologias se mostram incapazes de pensar “desfetichizadamente” ao operar a categoria ideologia. Assim sendo, deixa de perguntar sobre ideias, motivações individuais, mas imputa opiniões aos homens, pois parte, muitas vezes, da concepção de que a consciência dos sujeitos contemporâneos está completamente ideologizada e atribui consciência desalienada a uma categoria reificada para fazer dela o ator da história.

Ninguém, compartilha de uma ideologia com falsa consciência ou duvidando dela, a não ser o seu próprio questionamento e avaliação constantes de suas premissas. Sem estes, ela transforma-se em doutrina dogmática básica da busca do viver, será sempre imposta pelo sujeito que se torna inflexível.

No nível do sujeito, em sua subjetividade, a ideologia se apresenta como uma doutrina dogmática básica e enquadra-o em funções normativas e valorativas. Essa determina o sujeito de forma absoluta e mecânica enquadrando-o em sistemas de motivos, de expres-

sões e concepções, de estereótipos valorativos e sentimentos preconcebidos.

Diante do seu objetivo, a ideologia não se esgota nos pressupostos conscientes. Apresenta-se imbricada no pensamento, na subjetividade do sujeito e é imperceptível em sua plenitude pelo exercício da reflexão e do pensamento, pois está implicada no próprio exercício da reflexão e do pensamento; está reificada na consciência do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Sobre sujeito y objeto**. Consignas. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

Teoría de los sentimientos. 3. ed. Barcelona: Editorial Fontamara, 1985.

KIERKEGAARD, Soren. **Desespero: A doença mortal**. Porto: RÉ-S-Editora Ltda, s/d.

O conceito de angústia. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Textos selecionados. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ORTEGA Y GASSET, José. **O homem e a gente**. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1960.

Silas Molochenco

Igreja Batista Betel, São Paulo, SP.
Graduado em Teologia, especialização
em Psicanálise, mestre em
Teologia Pastoral e em Teologia –
Aconselhamento. Doutor em Psicologia.